



Sistema Econômico Internacional, Ideologia e Ensino Superior Brasileiro

Filinto Jorge Eisenbach Neto¹  <https://orcid.org/0000-0002-3419-9391>

Lindomar Wessler Boneti²  <http://orcid.org/0000-0003-1028-4046>

^{1,2} Pontifícia Universidade Católica do Paraná

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão teórica acerca do papel do sistema econômico internacional e da ideologia na formação de um modelo do ensino superior no Brasil o atrelado às expectativas do mundo produtivo. Trata-se de um processo de “coisificação” institucional, transformando o ensino em produto de compra e venda, mesmo o público, com foco no treino para o fazer em detrimento do pensar. Metodologicamente utilizou-se do exame da institucionalidade educacional na LDB e na BNCC (Base nacional comum curricular), assim como referenciais do advento do modelo econômico internacional e da ideologia como estratégia de consolidação dos preceitos desse modelo. Conclui-se que o sistema econômico internacional, capitaneado pelo poder ideológico, constitui-se como um fator expressivo no aparecimento do “mercado de trabalho” como fim do processo de ensinar, especialmente no sistema de ensino superior. Porém, considera-se também que o processo da “coisificação” inerente ao sistema de ensino, não se encontra apenas naquilo que se pode entender como a finalidade do aprender e do ensinar, o “mercado de trabalho”, mas algo mais complexo se agrega neste processo como é o caso, sobretudo, no foco da meritocracia. Esta, a meritocracia se constitui no principal fator ideológico e da individualidade em detrimento da coletividade, do ato do fazer em detrimento do pensar.

PALAVRAS-CHAVE

Sistema econômico. Ideologia. Ensino superior

Correspondência ao Autor

¹ Filinto Jorge Eisenbach Neto

E-mail: filinto.neto@pucpr.br

Pontifícia Universidade Católica do Paraná,

Curitiba, PR, Brasil

CV Lattes

<http://lattes.cnpq.br/7518875329592511>

Submetido: 25 jan. 2019

Aceito: 18 mar. 2019

Publicado: 19 set. 2019

 [10.20396/riesup.v6i0.8654509](https://doi.org/10.20396/riesup.v6i0.8654509)

e-location: e020016

ISSN 2446-9424

Checagem Antiplágio



Distribuído sobre



International Economic System, Ideology and Higher Brazilian Education

ABSTRACT

The present article aims to develop a theoretical reflection on the role of the international economic system and ideology in the formation of a model of higher education in Brazil, linked to the expectations of the productive world. It is a process of institutional "reification", transforming teaching into a product of buying and selling, even the public, with a focus on training to do it at the expense of thinking. Methodologically, it was used the examination of educational institutions in LDB and in BNCC (Common National Curricular Base), as well as references to the advent of the international economic model and ideology as a strategy to consolidate the precepts of this model. It is concluded that the international economic system, led by ideological power, is an expressive factor in the emergence of the "labor market" as the end of the teaching process, especially in the higher education system. However, it is also considered that the process of "coification" inherent in the education system is not only what can be understood as the purpose of learning and teaching, the "labor market", but something more complex is added in this process as is the case, above all, in the focus of meritocracy. This, meritocracy constitutes the main ideological factor and individuality to the detriment of the collective, from the act of doing to the detriment of thinking.

KEYWORDS

Economic system, Ideology, Higher education

Sistema Económico Internacional, Ideología y Enseñanza Superior Brasileño

RESUMEN

El presente artículo tiene como objetivo desarrollar una reflexión teórica acerca del papel del sistema económico internacional y de la ideología en la formación de un modelo de la enseñanza superior en Brasil el atrelado a las expectativas del mundo productivo. Se trata de un proceso de "cosificación" institucional, transformando la enseñanza en producto de compra y venta, incluso el público, con foco en el entrenamiento para hacerlo en detrimento del pensar. Metodológicamente se utilizó el examen de la institucionalidad educativa en la LDB y en la BNCC (Base nacional común curricular), así como referenciales del advenimiento del modelo económico internacional y de la ideología como estrategia de consolidación de los preceptos de ese modelo. Se concluye que el sistema económico internacional, capitaneado por el poder ideológico, se constituye como un factor expresivo en la aparición del "mercado de trabajo" como fin del proceso de enseñanza, especialmente en el sistema de enseñanza superior. Sin embargo, se considera también que el proceso de la "ecualización" inherente al sistema de enseñanza, no se encuentra sólo en lo que se puede entender como la finalidad del aprendizaje y de la enseñanza, el "mercado de trabajo", pero algo más complejo se agrega en este proceso como es el caso, sobre todo, en el foco de la meritocracia. Esta, la meritocracia se constituye en el principal factor ideológico y de la individualidad en detrimento de la colectividad, del acto del hacer en detrimento del pensar.

PALABRAS CLAVE

Sistema económico. Ideología. Enseñanza superior

O presente artigo tem como objetivo desenvolver uma reflexão teórica acerca do papel do sistema econômico e da ideologia na formação de um modelo do ensino superior, especialmente no Brasil o atrelando às expectativas do mundo produtivo. Trata-se de um processo de “coisificação” institucional, transformando o ensino em produto de compra e venda, mesmo o público, com foco no treino para o fazer em detrimento do pensar. Esta realidade, evidentemente se aplicação a qualquer outro sistema de ensino, não apenas o superior, porém neste último esta característica se agrava em virtude da preocupação no preparo para o tal “mercado de trabalho”.

Ou seja, o argumento que se constrói neste artigo é o de que o sistema econômico e a ideologia se constituem em dois fatores expressivos no aparecimento do “mercado de trabalho” como fim do processo de ensinar, especialmente no sistema de ensino superior. Porém, considera-se também que o processo da “coisificação” inerente ao sistema de ensino, não se encontra apenas naquilo que se pode entender como a finalidade do aprender e do ensinar, o “mercado de trabalho”, mas algo mais complexo se agrega neste processo como é o caso, sobretudo, no foco no ato do fazer em detrimento do pensar; nas individualidades em detrimento da coletividade

Trata-se de uma histórica trajetória envolvendo, de um lado as diversas etapas do pensamento econômico e por outro lado o aparecimento da sociedade industrial, como será analisado neste artigo. A Renascença foi uma certa reação contra tudo o que representava as velhas estruturas, apontando ao mundo o reino da razão. O poder político se democratizava procurando libertar-se da sujeição clerical, embora continuasse nas mãos da aristocracia. Nesse contexto a questão social emerge para primeiro plano, pois diz respeito a reações às escandalosas condições de vida sob as quais jazia boa parte das pessoas humanas naquele momento histórico. Por outro lado, com o passar dos tempos, emerge o maior desafio da civilização, a partir do surgimento da sociedade industrial, os interesses do modelo econômico e as reais necessidades humanas. Na raiz desta problemática se encontra o conflito entre o capital e o trabalho, a exigência da formação de um sujeito produtivo e consumidor para além da formação para o pensar. A sociedade passa a ser vista, assim, como um conjunto de indivíduos livres que se relacionam entre si como proprietários de suas próprias capacidades. Porém, ao logo dos tempos, a individualidade foi moldada pelo sistema econômico e ideológico ao ser produto “coisificado”.

Assim, a seguir analisa-se o modelo institucional da educação no Brasil, explicitando-se nas linhas institucionais um modelo educacional voltado para a competência para o exercício prático do fazer, sem dar conta do pensar. Em seguida analisa-se o papel do modelo econômico e depois o ideológico na efetivação deste sistema educacional.

O Modelo Institucional da Educação No Brasil

O sistema educacional se molda à dimensão econômica capitaneada pelas multinacionais e as instituições internacionais. Como diz Christian Laval (2004, p. 03): “O novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na

sujeição mais direta da escola à razão econômica. Ele depende de um “economicismo” aparentemente simplista cujo axioma principal é que as instituições, em geral, e as escolas em particular, só tem sentido dentro do serviço que elas devem prestar às empresas e à economia”.

Mesmo que no Art. 43 da LDB (Brasil, 1996), no Parágrafo I estabelece como finalidade da Educação Superior estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito criativo e do pensamento científico, no Parágrafo II, estabelece-se como objetivo o de formar diplomados em diferentes áreas do conhecimento aptos para a inserção em setores profissionais, deixando margem portanto para o exercício do fazer no mundo produtivo como realmente ocorre.

Mas no sentido da individualização, “coisificação” e formação para o fazer a BNCC (Base Nacional Comum Curricular) (Brasil, 2017) é mais precisa focando na meritocracia e não mais o ser social reflexivo. No caso brasileiro, este preceito fica muito claro com a recente, explicitando-se uma relação de subordinação do sistema educacional nacional ao projeto neoliberal internacional ao se estabelecer como foco curricular às competências individuais na perspectiva de atender as avaliações internacionais.

Isto é, nos fundamentos pedagógicos da BNCC tem-se como foco o desenvolvimento de competências ao dizer que: “O conceito de competência, adotado pela BNCC, marca a discussão pedagógica e social das últimas décadas e pode ser inferido no texto da LDB, especialmente quando se estabelecem as finalidades gerais do Ensino Fundamental e Médio (Artigos 32 e 35)” (BRASIL, 2017, p. 13).

Em relação ao atendimento das demandas internacionais focadas na competência individual a BNCC esclarece que: “Além disso, desde as décadas finais do século XX e ao longo desde início do século XXI, o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção dos seus currículos. É este também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (PISA) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que instituiu o Laboratório Latinoamericano de Avaliação de Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE)” (BRASIL, 2017, p. 13).

Portanto, fica claro, o compromisso internacional do modelo de ensino brasileiro para o foco do desenvolvimento de competências individuais ao exercício prático do âmbito da produção econômica.

O Sistema Econômico e o Modelo Educacional

O interesse para o ser humano decorre da necessidade de sua subsistência. É o único ser vivo a configurar de maneira sistematizada a organização produtiva, a curto e longo prazo.

A diversificação de trabalho, bem como à noção de intercâmbio entre diferentes regiões - além de demonstrar grau de complexidade - surge como formato organizacional das primeiras sociedades humanas.

Segundo Sandroni, (1996, p.386), o sistema econômico é “Forma organizada que a estrutura econômica de uma sociedade assume. Engloba o tipo de propriedade, a gestão da economia, os processos de circulação das mercadorias, o consumo e os níveis de desenvolvimento tecnológico e divisão do trabalho”.

Destaca-se desta definição importantes categorias estruturantes para o funcionamento das atividades econômicas, como é o caso da organização assumida; a gestão da economia; os processos de formação e circulação dos bens e serviços; a tecnologia disponível e o trabalho.

Portanto, a atividade econômica trata-se de um sistema. Para Holanda, (1976, p. 1118), “sistema é um conjunto de elementos, entre os quais se possa definir alguma relação. Disposição das partes, ou dos elementos de um todo, coordenados entre si, e que funcionam como estrutura organizada”.

Assim, o sistema econômico é uma estrutura organizada, inter-relacionada com o propósito de melhor gerenciar as atividades econômicas interconectando as partes dentro de um todo e com objetivos prioritários sociais. Pode-se destacar, para o entendimento da importância e significado do sistema econômico de uma sociedade dois aspectos importantes: O inter-relacionamento técnico-estrutural-econômico e a abordagem político-ideológica. A primeira diz respeito à configuração dos agentes econômicos intervenientes no sistema. A segunda diz respeito à concepção ideológica da configuração inter-relacional entre os agentes para o funcionamento da economia.

Na perspectiva da interveniência configurada, estrutural, Castro & Lessa (1974, p. 21), explicitam que “Um sistema econômico são os variados elementos que participam da vida econômica de uma nação, assim como suas conexões e dependências”. Os elementos constituintes desta configuração são: mercado de bens e serviços; mercado de fatores de produção; agentes intervenientes: empresas; governo; famílias; e o resto do mundo.

Portanto, as magnas questões econômicas, existentes desde que as criaturas humanas habitam a terra, começaram - como são hoje conhecidas - quando os grupamentos humanos verificaram ser possível permanecer em um só lugar e sobreviver. Gradualmente, abandonaram a vida de coletores de meios de subsistência em local fixo e iniciaram atividades econômicas do cultivo do solo e respectiva colheita, assim como, desenvolveram de maneira rudimentar atividades artesanais e de serviços de apoio secundário à vida sedentária. Questões-chaves surgiram desde então que destacam o objetivo precípuo da economia, o de atendimento da vida humana, como o caso da plena utilização dos recursos; da escolha do que produzir; da distribuição dos resultados do esforço de produção; da organização da vida econômica em sociedade, etc.

Uma nova e igualmente antiga abordagem sobre a efetividade na condução das atividades econômicas segundo fins específicos é dada por Santos, (2014, p.8), quando menciona referência à grande questão da solidariedade humana. “A solidariedade humana é condicionada pela natureza biológica a que estamos subordinados, ou é uma questão cultural que ultrapassa qualquer possível determinismo advindo das ciências da natureza”.

É importante contemplar essa abordagem, pois, a economia só existe por haver escassez de recursos para atender as ilimitadas necessidades da humanidade. Assim, é axiomático a conexão entre o relacionamento interdependentes dos seres em a sociedade e a vida para uma existência digna e factível.

Assim, as questões de ordem econômica implícitas no processo de formação e distribuição da riqueza que acontece através do fluxo circular dada a configuração econômica-jurídica-social, são enfatizadas. Emerge o econômico na perspectiva social e o social na perspectiva econômica, restaurando assim a sua bidirecional função social. A economia como ciência social resgata da trajetória histórica seu principal norte, o ser humano, e por conseguinte, a sua dignidade humana. Neste sentido, historicamente aparece um elemento importante na gestão da relação produção econômica e o respeito à dignidade humana, o Estado.

Existem diferentes concepções teóricas e ideológicas a respeito da relação entre o Estado e o sistema econômico.

Anteriormente ao marco histórico de sua formalização como teoria econômica clássica com Adams Smith em a Riqueza das Nações a economia era denominada como “A Filosofia Moral”. Segundo Fufeld (2003, p. 3) “Há apenas duzentos anos, não havia economistas propriamente ditos e a teoria econômica era um ramo da filosofia moral”.

Ao iniciar os estudos econômicos na perspectiva do seu objetivo, o fato que se destacava era a sua importância social, o atendimento da vida humana. Na definição clássica dos economistas tradicionais “a economia era a ciência que tratava da melhor utilização dos recursos escassos da natureza para atender os desejos ilimitados do Homem”.

Nesta definição resumo pode-se destacar alguns pontos que convergem ao seu precípua objetivo, o mister de utilizar corretamente os recursos escassos da natureza para atender à humanidade representada pelo Homem.

O processo de formação e distribuição da riqueza está conectado a este objetivo, pois, a riqueza deverá ser produzida e distribuída com a finalidade primeira de atender às necessidades do Homem. Surgem, pela necessidade de melhor utilização, questões de ordem econômica: O que produzir, como produzir e para quem produzir.

A Economia como se conhece hoje não existia, muito embora, existisse as variáveis de produção e distribuição da riqueza. Ao longo do tempo - da história econômica - observa-se

que a apreciação e percepção de como conduzir o processo de formação e distribuição da riqueza é divergente e, campos das aplicações teóricas se revelaram na adequação das políticas ao contexto e às circunstâncias.

A primeira exceção à regra da adequabilidade e respeito da importância relativa de certos fatores conjunturais e situacionais específicas está em Karl Marx, na perspectiva da economia ocidental envolver uma justificativa ideológica para a formação de um sistema de exploração.

As mais acirradas discussões ideológicas da era moderna envolveram as ideias fundamentais de grandes economistas como Adam Smith, Karl Marx e John Maynard Keynes. Eles alcançaram grande reputação mais em função das filosofias sociais presentes em suas teorias econômicas do que em razão dos avanços científicos que realizaram.

A ideia central da tese dos economistas clássicos descrevia um fluxo circular “perfeito” em que ao se adquirir o produto total da economia, a mesma quantidade de renda era gerada, a qual, por sua vez, seria usada na compra do produto total no mercado. A auto regulação. Consideravam que a única falha possível seria o descompasso entre a poupança e os investimentos. A crença, dos economistas clássicos, de que isso não ocorreria, justificando sua confiança ao fato de haver uma equação de equilíbrio entre investimento por parte dos empresários igual ao nível de poupança. Acreditavam que se houvesse pressão o desequilíbrio destas variáveis, a taxa de juros entraria para a manutenção desta igualdade entre poupança e investimentos.

Supunham que o planejamento dos investimentos dos empresários era ditado pela taxa de juros. Ao terem que pagar mais pelo custo do dinheiro (taxa de juros) estariam desestimulados a investir. Acreditavam que os poupadores eram atraídos pela remuneração da sua poupança. Taxa de juros maior mais poupança e menos consumo.

Assim, os economistas clássicos estavam convencidos de que uma economia capitalista seria inerentemente muito estável.

A Lei da Flexibilidade de Salários e de Preços pareceu muito convincente à época. No entanto, a evolução econômica, infelizmente, tendeu por ignorá-la quase completamente.

O surgimento de sindicatos fortes, de legislação de salário mínimo e a extrema antipatia pública pelas reduções de salários, significava, que os salários, em especial, não eram tão flexíveis quanto se pensara inicialmente.

O que aconteceu para mudar esse longo abandono dos problemas da estabilidade econômica? A raiz da resposta encontra-se no simples fato, mas inteiramente óbvio, dos antecedentes históricos de um capitalismo irrestrito não serem suficientemente satisfatórios.

AU significativa transformação da economia clássica para a Nova Economia (Keynesiana) tem sua gênese nos ciclos constantes de prosperidade e depressão ao longo da história clássica desde Adams Smith à Crise Econômica de 1929.

Este sistema “Clássico” e sua ideologia de *laissez-faire* foram remodelados, criando uma ortodoxia que prevaleceu até os anos 1930, quando John Maynard Keynes, praticamente sozinho, construiu a moderna teoria de determinação da renda nacional e justificou políticas de intervenção do Estado na economia com o objetivo de retirá-la da estagnação em momentos de crise e depressão.

A Grande Depressão da década de 1930 e seus importantes efeitos obrigou o reconhecimento da irrelevância das antigas ideias do sistema econômico “Clássico” de que: o mercado em tempo de crise se auto-regula; o Estado não deve intervir na economia; a liberdade deve ser incondicional, irrestrita e, a propriedade privada livre.

Nesta direção Nunes (2007, P. 586) destaca que “A Grande Depressão veio deitar por terra os mitos liberais e pôs a nu as limitações da política monetária”.

Ao observar a Grande Depressão Keynes registrou que a ela não poderia explicar-se em termos monetários, defendendo que são as forças reais da economia (planos de governo, dos empresários e dos consumidores) que determinam o comportamento dos preços e, por conseguinte o equilíbrio do sistema econômico.

Para Keynes, a necessidade de ultrapassar as situações de insuficiência da demanda efetiva para combater o desemprego exigia, “uma intervenção mais ampla e mais coordenada do Estado”.

Diante de importante depressão (1929) (KEYNES, Apud J.STEIN, 1976, p.1), defendeu ainda que “...as situações de desequilíbrio e de crise são inerentes às economias capitalistas, nas quais as situações de pleno emprego são “raras e efêmeras”.

Para Keynes (1936, p. 372-374), os vícios marcantes do capitalismo são: “a possibilidade da existência de desemprego involuntário, e o fato de que a repartição da riqueza e do rendimento é arbitrária e carece de equidade. A correção desses vícios constitui a principal responsabilidade do Estado”.

Para o modelo de Keynes, o Estado tem dupla atuação no sistema: como agente que predominantemente gasta e na atuação responsável de manter a sustentabilidade e equilíbrio do sistema. As empresas como agentes no sistema predominantemente investem. As famílias como agentes, predominantemente consomem. O resto do mundo, estabelece relações econômicas na participação no sistema econômico, direta ou indiretamente, com investimentos através das empresas transnacionais, dos gastos na participação público privada nos investimentos estruturais, no consumo na participação dos cidadãos que compram e vivem no país.

Portanto, de Smith à Keynes inúmeros estudiosos lançaram as bases para as atuais políticas de bem-estar social ao criticarem a abordagem da Ciência Econômica tradicional e suas teorias.

Keynes foi o pai da macroeconomia por ter desenvolvido um modelo explicativo para as grandes crises do capital, para as quais recoloca o Estado, não só como agente do sistema econômico, mas e principalmente com o papel de gerenciar o equilíbrio entre a oferta e a demanda de maneira justa e equânime. Mas as concepções monetaristas e dos neoliberais em geral diferem das propostas de Keynes no que concerne ao entendimento da economia e da sociedade e, principalmente e de modo particular, no que tange à função do Estado perante a economia e a sociedade.

Segundo Nunes (2007, p. 592) em referência aos neoliberais destaca “Fiéis ao ideário liberal do *laissez-faire*, da mão invisível e da lei de Say, os neoliberais de nossos dias defendem que as economias capitalistas tendem espontaneamente para o equilíbrio de pleno emprego em todos os mercados...”.

Nota-se que a ideologia liberal não se apagou no tempo mesmo com as frequentes - e em menor espaço de tempo - crises do capital. O debate entre neoliberais e Keynesianos, continua, especialmente no que se refere à economia política enquanto disciplina científica. Apresenta-se hoje, por força das circunstâncias – que não são as mesmas de há dois séculos -, com novos personagens, novos temas, novos argumentos, em novo enquadramento institucional. Trata-se de um debate acadêmico interligado ao sistema econômico mediado, em grande escala, pelo contexto ideológico. Com isto diminuindo o papel do Estado na definição de importantes ações como é o caso do sistema de ensino.

A Ideologia e o Sistema Educacional

A noção de ideologia não é unívoca, razão pela qual, necessário se faz a uma definição referencial que convirja para o sentido utilizado.

Segundo Bobbio; Matteucci e Pasquino:

Tanto na linguagem política prática, como na linguagem filosófica, sociológica e político-científica, não existe talvez nenhuma outra palavra que se possa comparar a ideologia pela frequência com a qual é empregada e, pela gama de significados diferentes que lhe são atribuídos”. (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 2007, p.585)

A diversidade de seu significado torna seu conceito complexo, razão pela qual, face indispensável compreender as mudanças ocorridas considerando-se o contexto sócio-político de cada época e, destacar seu desenvolvimento relacional, com o objetivo de fixar um referencial, cuja compreensão possibilite o entendimento da razão pela qual é tema estruturante e fundamental deste estudo.

Segundo Bachelard, (1996, p.18) “Na vida científica os problemas não se formulam de modo espontâneo (...) Para o espírito científico (...) Nada é evidente (...) Nada é gratuito. Tudo é construído”.

Para Heywood (2010, p.15), “Todos nós pensamos politicamente. Tendo ou não consciência disto, as pessoas usam ideias e conceitos políticos sempre que expressam opiniões ou dizem o que de fato pensam”.

Quanto ao destino do significado de ideologia, este foi centrado nas relações entre dois polos constitutivos de sua formulação: o caráter de falsidade ideológica e a sua determinação social.

Nesta direção Bobbio; Matteucci; Pasquino (2007, p.585), propõem chamar de “significado fraco” e de “significado forte” da ideologia”. Para Abbagnano (2012, p. 615) estes dois significados ou polos, são identificados em dois momentos distintos da história. O primeiro, ele destaca o teor filosófico desde a teorização de Destutt de Tracy (Ideologie – 1801) na concepção designativa de “a análise das sensações e das ideias”, segundo o modelo de Condillac. “A ideologia constitui a corrente filosófica que marca a transição do empirismo iluminista para o espiritualismo tradicionalista e que floresceu na primeira metade do século XIX”.

Ainda para Abbagnano, como alguns ideólogos foram hostis a Napoleão:

O termo foi empregado no sentido depreciativo, pretendendo com isso identifica-los como “sectários” ou “dogmáticos”, pessoas isentas de senso político. Aí começa o significado moderno do termo [...] mantida pelos interesses claros ou ocultos daqueles que a utilizam. (ABBAGNANO, 2012, p.615)

A trajetória da ideologia como termo político essencial teve origem em Karl Marx. O uso que ele fez dessa palavra e o interesse de gerações de pensadores marxistas posteriores explicam o destaque da ideologia no pensamento político e social moderno.

O significado do termo em Marx é muito distinto dos presentes nas análises políticas dominantes:

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, a força intelectual dominante. A classe que tem os meios de produção material à sua disposição tem, ao mesmo tempo, controle sobre os meios de produção mental, de modo que, em geral as ideias daqueles que carecem dos meios de produção mental estão sujeitas a ela. (MARX e ENGELS, 2007, p.64).

Observa-se nesta concepção duas importantes características, ambas, alinhadas às concepções de ideologia “fraca” e “forte” de Bobbio. O termo ideologia associa-se a ilusão e mistificação, produzindo uma visão falsa ou equivocada do mundo. Engels chamou mais tarde de “falsa consciência”. Marx usou a ideologia como o propósito de desmascarar um processo sistemático de mistificação. Assim, como Destutt de Tracy, Marx classificou as

próprias ideias como científicas, com precisão a fim de revelar o funcionamento da história e da sociedade. O contraste entre mentira e verdade, foi vital para o uso que Marx fez do termo.

Em relação à falsa consciência da classe dominante, Chauí destaca que:

... para exercer o poder e justificar seu exercício “os dominantes precisam agir, de maneira a fazer com que, todas as manifestações de diferença e da contradição permaneçam escondidas graças a um discurso e uma prática coercitiva que garantam a todos os membros da sociedade o sentimento que fazem parte dela da mesma maneira e que a contradição, seja vista como diferentes maneiras igualmente legítimas de fazer parte da mesma sociedade. (CHAUI, 1977, p2)

Desta maneira, a classe dominante, para assegurar uma unidade ideológica dentro do sistema socioeconômico, impede à classe dominada a tomada de consciência reveladora das contradições.

Neste sentido Lukács, (1973, p.40), como unidade orgânica entre a estrutura socioeconômica e a superestrutura ideológica, destaca que elas “...formam um bloco unitário, na medida em que estejam organicamente vinculadas entre si. O vínculo orgânico é realizado por grupos sociais determinados: os intelectuais”.

Com relação à determinação do vínculo orgânico entre a estrutura socioeconômica e a superestrutura ideológica, Lukács, (1973, p. 40) referêcia que “[...] funcionários da superestrutura estão vinculados à classe dominante e veiculam representações da realidade a estes interesses, pela inculcação ideológica que se deseja impor a todas as classe e camadas da sociedade”.

No sistema capitalista, a classe dominante objetiva a manutenção do sistema de propriedade privada, a configuração do estado mínimo e a liberdade irrestrita, tanto quanto, a auto regulação mercadológica, a divisão entre capital e trabalho e as relações sociais estabelecidas em termos de mercadoria. Estes fundamentos do modelo capitalista de formação da riqueza e respectiva distribuição tem meios distintos para sua efetividade. Esta distinção de meios faz com que o horizonte ideológico comum último, seja traduzido por versões ideológicas, sustentadas por uma constelação de poder igualmente distinta e intencional da classe dominante.

A partir disto, percebe-se que se pretende usar o termo ideologia em dois sentidos, complementares entre si. O primeiro sentido, baseia-se numa descrição funcional. A pretensão de realizar uma reconstrução histórica, ao nível dos discursos dos segmentos dominantes, reveladores de versões ideológicas díspares, não homogêneos, impunha uma definição descritiva, que em um primeiro momento ficasse aquém da discussão fundamental.

Nesta concepção Schaff, (1986, p.9), destaca que numa perspectiva funcional “A ideologia é um sistema de opiniões que, baseando-se num sistema de valores admitidos, determina as atitudes e o comportamento dos homens para com os objetivos desejados do desenvolvimento da sociedade”.

A posição particular e singular que o ser humano ocupa no universo, comparativamente aos outros seres da natureza, o torna capaz não só de agir, como também de representar a sua ação e expressá-la de modo objetivo. Assim, os seres humanos, ao criarem e recriarem a realidade (aquilo que é), procuram representá-la (discursar sobre aquilo que é). No discurso humano referente a sua ação, abre-se a possibilidade interpretativa da identificação daquilo que é com aquilo que se discursa sobre o que é.

Nesta direção segundo Berger, (1973, P. 70), a história da evolução da humanidade mostra que “a autoprodução humana é sempre e necessariamente um empreendimento social”.

No sistema econômico, as pessoas ocupam lugares distintos como empreendedoras, governantes e consumidoras. Em cada função exercerá influência nos processos econômicos fundamentais de formação e distribuição da riqueza. Entretanto, neste relacionamento como agentes, há uma constelação de interesses e de poder, na direção da determinação dos direcionadores econômicos para o funcionamento do sistema econômico. As ideias norteadoras serão defendidas e utilizadas para construir um construto ideológico sobre o qual poderão agir.

Para Gabel, (1970, P. 195), “Os discursos estão sempre submetidos a pressões particulares de cada parte, em seus interesses particulares, face a classe social a que pertence”. Daí que as representações ideológicas são determinadas pela estrutura das relações sociais, as quais por sua vez são condicionadas e secundadas pelas primeiras.

O segundo sentido esclarece e fundamenta o anterior, é aquele que define a ideologia a partir da classe social. Neste sentido da ideologia a partir da classe social Furter, (1970, p.53) destaca que: “A ideologia da classe dominante é a elaboração da “falsa consciência” que conduz à necessidade de ocultar as verdadeiras relações de classe a assim garantir seus reais interesses, através de uma representação falsa e falseadora”.

Trata-se, pois, de uma concepção de mundo própria, que se pretende inculcar as classes e camadas uma concepção universalizada como resposta às condições sociais concretas que a determinam, é a própria dinâmica da realidade que se encontram as condições que a determinam.

Para Althusser, 1996, P. 123), “O que é representado na ideologia, portanto, não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais que vivem”.

Segundo Pecequilo (2012, p.175), a superioridade do modelo liberal desencadeou “[...] a disseminação gradual destes parâmetros por todo o sistema, em direção à homogeneização de formas de pensamento e ação”.

Na economia, não é fácil demarcar limites entre o conhecimento científico e a aceção ideológica. De certa forma, essa dificuldade reforça as relações biunívocas da economia com outros ramos do conhecimento social.

Neste sentido, Rossetti, (2016, p. 31) destaca que “a ideologia surge da exigência de legitimação, comum as mais diferentes formas de ordenamento institucional”.

Ocorre, porém, que a justificação ideológica se encobre como véu do argumento científico. Daí resultam os elos de encadeamento entre a ciência e a ideologia. A necessidade de legitimação de determinadas orientações institucionais é determinada e veiculadas, em geral, por grupos dominantes ou por grupos que aspiram o poder. Tem-se, assim, em geral, a ideologia dominante, à qual contrapõe-se às ideologias alternativas emergentes. Cada qual com sua base distinta de crenças, valores e convicções; por conseguinte, propõe diferentes normas para o direcionamento ou reordenamento da sociedade, em suas mais específicas manifestações, entre as quais se destaca a economia em sua gravitação internacional de mundialização para globalização. A primeira representando às orientações das instituições internacionais de livre apreciação e, a segunda representando às orientações totalitárias das instituições internacionais, por meio das diretrizes associadas ao poder de comando da ideologia central e hegemônica, nos dias atuais, o neoliberalismo.

Nenhuma ciência social pode cumprir seus objetivos se não compreender que os problemas só podem ser compreendidos com clareza se as informações forem cruzadas entre indagações sobre as diretrizes normativas no âmbito institucional e os fatos sociais resultantes, condição em que, as interpretações poderão ser validadas na qualificação científica.

Em síntese, entre as diferentes concepções de ideologia, certamente Chauí sintetiza com precisão o viés conceitual de ideologia melhor para explicar o fenômeno analisado neste artigo. Para esta autora o surgimento e a consolidação de determinada ideologia se dão em três momentos distintos:

1. Ela se inicia como um conjunto sistemático de ideias que os pensadores de uma classe em ascensão produzem para que essa nova classe apareça como representante dos interesses de toda a sociedade, legitimado a luta da nova classe pelo poder.
2. Prossegue via popularização, tornando-se um conjunto de crenças e valores aceitos por todos os que são contrários à estrutura dominante existente e consolidando-se à medida que é interiorizado pela consciência de todas as categorias sociais não dominantes da sociedade.
3. Uma vez interiorizada e sedimentada, a ideologia proposta dá sustentação a uma nova estrutura de dominação, mesmo que os interesses das categorias sociais de que emergiu sejam sufocados pelos interesses particulares da nova classe dominante. (CHAUÍ, 1993, p. 36 e 38).

Esta explicação acima referida explica bem o caso analisado neste artigo, o fato de se acatar como uma verdade um sistema de ensino atrelado aos interesses do modelo internacional de produção, do fazer em detrimento do pensar.

Estratégia Ideológica Neoliberal – Globalização e o Sistema Educacional

Herz & Hoffman, (2004, p.46), destacam que, “uma orientação marcante nessa bibliografia dos anos 1970 é a relação entre a constituição do sistema internacional e o papel das organizações internacionais.”

As organizações intergovernamentais internacionais (OIGs), são agrupamentos políticos que têm nos Estados membros seus membros fundadores e, existem a um tempo relativamente curto em termos históricos, quando no século XX ganham destaque e escala. Segundo Pecequillo, (2012, p. 68-69), “As OIGs, portanto, possuem um caráter dinâmico acompanhando a mudança do contexto político internacional e as necessidades de seus Estados-membros”. Há uma ambiguidade – para o exercício legítimo das suas “finalidades” – de autonomia X dependência, cujo obstáculo principal a ser enfrentado, por um lado, diz respeito à imposição dos Estados membros que as fundaram. Por outro, além da questão financeira, dizem respeito àqueles referentes essencialmente à vontade de seus fundadores majoritários, o de respeitarem ou não as regras, da qual fazem parte, mesmo que isso possa significar uma diminuição de sua autonomia ou parte de sua soberania.

As forças transnacionais são atores internacionais não governamentais, e dentre elas a comissão trilateral (gestora e maestra), que em seu quadro de membro, após sua fundação, ampliou seus membros, por ocasião do convite, ao engajamento, às instituições internacionais, para as quais intentavam reformulações de interesse político-econômico de seus Estados membros. Cox destaca as forças constituintes:

As instituições internacionais corporificam regras que facilitam a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, mas permitem simultaneamente aos interesses subordinados fazerem ajustes com um mínimo de desgaste. (COX, 2007, p. 119).

Fica muito claro nas palavras de Cox, (2007), o viés institucionalista dominante de grupos de poder internacional para a formulação de diretrizes internacionais, totalitárias, aos países em desenvolvimento (BRICS) de seu interesse mercadológico.

Em referência ao neoliberalismo, principal produto dos trabalhos da comissão trilateral, Souza, (1995), enfatiza: “... é uma tentativa de responder a dupla necessidade do capitalismo moderno: ter uma ideologia positiva, legitimadora do sistema, e ao mesmo tempo justificadora da nova ação de seus monopólios no conjunto do mundo”.

O impacto dessa nova configuração institucionalizada mundial, regida por uma nova classe capitalista transnacional, com poderes internacionais, configura, pelo debate acadêmico, a teoria da dependência ou interdependência complexa.

Dentro da tradição da teoria da dependência, Evans, (1986, p. 791-808), foi um dos primeiros a analisar a “tripla aliança”, entre empresas multinacionais, a elite capitalista local e o que chama “burguesia estatal” enquanto base dinâmica da industrialização e do crescimento econômico de um país semiperiférico.

Essa nova configuração institucionalizada e albergada pelas instituições internacionais, refletem-se no domínio da globalização econômica. A nova economia pró-mercado, trouxe mudanças importantes no sistema interestatal, a forma política do sistema mundial moderno.

O impacto da internacionalização, na construção da nova economia mundial – globalizada, regula o Estado-nação, internacionalizando suas funções em alinhamento às diretrizes institucionalizadas pelos organismos internacionais, tornando-os mínimo, o que significa, despolitiza-lo, para minimizar os conflitos ideológicos entre o capital e o social.

Segundo Santos, (2011, p. 37), “A pressão sobre o Estado é agora relativamente monolítica – o “Consenso de Washington” – e em seus termos o modelo de desenvolvimento orientado para o mercado é o único modelo compatível com o novo regime global de acumulação...”.

A proclamação da democracia liberal como regime político universal, a imposição global do mesmo modelo, terão impactos expressivos no direcionamento das economias periféricas e semiperiféricas, cujos resultados sociais irão revelar as desigualdades decorrentes.

Todas as exigências do “Consenso de Washington” exigem mudanças legais e institucionais massivas para a efetividade do modelo neoliberal expresso em seu decálogo.

A internacionalização do Estado nacional, modifica em essência o papel fundamental para o qual foi criado. O Estado passa a servir não mais o cidadão e à sociedade, mas principalmente a elite dominante, detentora do capital transnacional.

Segundo Santos:

...a liberação dos mercados; a privatização das indústrias e serviços; a desativação das agências regulatórias e de licenciamento; a desregulamentação do mercado de trabalho e a “flexibilização” da relação salarial; a redução e a privatização, pelo menos parcial, dos serviços de bem-estar social (privatizações dos sistemas de pensões, partilhas dos custos dos serviços sociais), [...] expansão do chamado terceiro setor; [...] criação de mercados no interior do próprio Estado; uma menor preocupação com temas ambientais; as reformas educacionais dirigidas para a formação profissional mais do que para a construção da cidadania; etc. (SANTOS, 2015, p. 38).

Assim se compreende a importância, para o sistema econômico mundial, a “despolitização” de países resistentes ao movimento neoliberal e a reestruturação das instituições internacionais, visualizados como alicerces de um processo de hegemonia do modelo neoliberal, no longo prazo.

Nessa perspectiva, para Dowbor, (1997, p.12), “as grandes metrópoles mundiais estão adquirindo um peso novo no processo de gestão das nossas sociedades, como polos de um conjunto de atividades internacionalizadas, e como articuladoras das políticas internas”.

A materialização da globalização, como processo imposto pelo movimento liberal sobre o sistema econômico, ao modificar o papel político dos Estados, dando-lhes maior relevância dentro do próprio Estado nacional, cria a possibilidade da formatação de uma nova estratégia de desenvolvimento do próprio Estado, resultante da somatória do desenvolvimento de cada uma das unidades que o compõem. Esse novo modelo, que ao Estado confere mudanças significativas como ator do sistema, coloca-o em condições desfavoráveis para a defesa do controle e proteção de suas unidades subnacionais, dos efeitos devastadores externos (econômicos, principalmente), resultantes do aprofundamento da interdependência complexa gerada pelo modelo centralizador das políticas internacionais, o neoliberalismo.

Keohane, (1984, p.35) complementa ao referenciar a teoria da interdependência complexa salientando que “Dessa maneira, que os problemas políticos já não podem ser solucionados satisfatoriamente sem a cooperação com outras nações ou mesmo com outros agentes não estatais”. As fronteiras foram escancaradas sem a anuência da soberania nacional, a qual deveria resguardar estrategicamente, os interesses nacionais e de seus cidadãos.

Assim se explica o advento do preceito de associar o social à economia internacional como é o caso do sistema nacional de ensino.

Considerações Finais

Conclui-se portanto que o ensino superior sofre um processo de “coisificação” institucional, transformando o ensino em produto de compra e venda, mesmo o público, com foco no treino para o fazer em detrimento do pensar. Esta realidade, evidentemente se aplicação a qualquer outro sistema de ensino, não apenas o superior, porém neste último esta característica se agrava em virtude da preocupação no preparo para o tal “mercado de trabalho”.

O sistema econômico e a ideologia se constituem em dois fatores expressivos no aparecimento do “mercado de trabalho” como fim do processo de ensinar, especialmente no sistema de ensino superior. Porém, considera-se também que o processo da “coisificação” inerente ao sistema de ensino, não se encontra apenas naquilo que se pode entender como a finalidade do aprender e do ensinar, o “mercado de trabalho”, mas algo mais complexo se agrega neste processo como é o caso, sobretudo, no foco no ato do fazer em detrimento do pensar; nas individualidades em detrimento da coletividade.

Trata-se de uma histórica trajetória envolvendo, de um lado as diversas etapas do pensamento econômico e por outro lado o aparecimento da sociedade industrial, visualizando-se como raiz desta problemática o conflito entre o capital e o trabalho, a exigência da formação de um sujeito produtivo e consumidor para além da formação para o pensar. A sociedade passa a ser vista, assim, como um conjunto de indivíduos livres que se relacionam entre si como proprietários de suas próprias capacidades. Porém, ao logo dos

tempos, a individualidade foi moldada pelo sistema econômico e ideológico ao ser produto “coisificado”.

Neste sentido, a ótica educacional passa a ser a individualização a partir do preceito da meritocracia e não mais o ser social reflexivo. No caso brasileiro, este preceito fica muito claro a partir da explicitação dos objetos da educação superior no Artigo 43 da LDB e mais precisamente com a recente BNCC (Base Nacional Comum Curricular), explicitando-se uma relação de subordinação do sistema educacional nacional ao projeto neoliberal internacional ao se estabelecer como foco curricular às competências individuais na perspectiva de atender as avaliações internacionais.

Referências

ALTHUSSER, Louis. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (Notas para uma investigação). In: ZIZEK, Slavoj (Org.). **Um mapa da Ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ALVES, Estefanni Mairla & GONÇALVES, Ruth Maria de Paula. Educação como mercadoria: Desafios da Educação Superior em Meio ao Capitalismo em Crise. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v.5, 1-26: 2019. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653651/19053>. Acesso em: 06 de março de 2019.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13 ed. Brasília: UNB, 2007. 2v.

BRASIL, **Base Nacional Comum Curricular** – BNCC. Brasília: MEC, 2017

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB/1996. Brasília: Senado Federal, 2017.

CASTRO & LESA. **Introdução à economia**. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia**. 36 ed. São Paulo: Brasiliense, 1997.

COX, Robert. **Gramsci, hegemonia e relações internacionais**: um ensaio sobre o método. In. GILL, Stephen. (org.). Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007, p. 119.

DARDOT, Pierre & LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOWBOR, Ladislau. Globalização e tendências institucionais. In. DOWBOR, Ladislau et.al. (org.). **Desafios da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997, p. 9-16.

EVANS, Peter. State, capital and the transformation of dependence: the Brazilian computer case, **World Development**: 1995, 14, 791-808.

FARIAS, Flávio Bezerra de. **O imperialismo global**: teorias e consensos. São Paulo: Cortez, 2013, p. 13.

- FURTER, Pierre. **Educação e Reflexão**. Petrópolis: Vozes, 1970.
- FUSFELD, Daniel, R. **A era dos economistas**. São Paulo: Saraiva, 2003.
- GABEL, Joseph. **Sociologia de la alienación**. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.
- HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas**, [v.1]: Do liberalism ao fascismo. (tradução – Janaína Marcoantonio, Mairane Janikian. São Paulo: Ática, 2010, p.15.
- HERZ, Mônica. A Internacionalização da Política: a perspectiva cosmopolita em face do debate sobre a democratização da ONU. **Revista Contexto Internacional**, v.2, n. 2, Rio de Janeiro: IRI-PUC, jul – dez, 1999, p. 259-29.
- HOLANDA, Arélio Buarque de. **Pequeno Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: RRP Editorial, 1976.
- HOGENDORN, Jan. **O controle da economia moderna** – Uma tradução à macroeconomia Keynesiana. ZAHAR. Rio de Janeiro: 1975.
- KEOHANE, Robert O. **After Hegemony**. Princenton University Press: 1984
- LUKÁCS, Georg. Consciência de Classe, in: VELHO, O. e outros (Org.), **Estrutura de Classes e Estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007
- MESZÁROS, Istvan. A produção de riqueza e a riqueza da produção. In: _____. **Para além do capital: rumo a um a teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 605-633.
- MESZÁROS, Istvan. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008
- MOREIRA, Larissa Cristina Dal Piva & RANINCHESKI, Sonia Maria. Análise da Educação Superior entre países emergentes: Estudo de caso do Brasil com demais países membros dos BRICS. **Revista Internacional de Educação Superior**, v. 05 1-26. Campinas: 2019, Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/riesup/article/view/8653651/19053>. Acesso em: 06 de março de 2019.
- NUNES, Antônio José Avelãs. **Uma introdução a Economia Política**. São Paulo: Quatier Latin, 2007.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões**. 9 ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 2012.
- ROSSETTI, José Paschoal. **Introdução à economia**. 21ª ed. São Paulo: Atlas, 2016.
- SANTOS, Boaventura de Souza (org.) **A Globalização e as ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2014.